

# O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e Luta (1926-1962)

Olga Maria Lopes Serrão  
Iglésias Neves

Professora de História  
da ULHT e Membro  
da Linha  
de Africanologia  
e Lusofonia

## RESUMO

O movimento associativo africano na Colónia de Moçambique desempenhou um papel significativo e activo na transformação de um proto-nacionalismo numa consciência nacionalista interventiva. Pela sua importância, eis o título do presente artigo: “*O movimento associativo africano em Moçambique*”. As fontes orais, escritas e iconográficas recolhidas, interpretadas e analisadas criticamente permitem-nos demonstrar a tese da existência de uma ponte entre as primeiras iniciativas da sociedade civil, no dealbar do século XX e os movimentos independentistas, no início da década de sessenta, pelo que foram definidas como balizas cronológicas, 1926 a 1962, espaço temporal em que a causa africana se transformou em causa nacional.

Em primeiro lugar, contextualizou-se a Colónia de Moçambique no quadro do império colonial português, analisando a estrutura económica, social e política para numa segunda parte, se caracterizar as associações africanas, pela sua actuação, a sua voz reprimida e silenciada na imprensa e na sociedade e se verificar que cresceram, como uma onda de contestação que se agigantou até atingirem o ponto mais alto, com a unidade de acção contra o regime colonial. O subtítulo do texto: “*Tradição e luta*” implicou conhecer as Mulheres e os Homens, os actores sociais que animaram esse movimento, demonstrando a sua pertença à elite defensora da “*causa africana*”, motivação que ainda hoje inspira cientistas, escritores e estudiosos dos Povos que constroem Moçambique e aspiram a um mundo melhor.

**Como palavras-chave, indica-se fundamentalmente três:** Colonialismo português – Causa Africana – Associativismo.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma parte do capítulo IV da tese de doutoramento, orientada por Fernando Rosas e Jill Dias, defendida na FCSH/UNL em Abril de 2009



## ABSTRACT

The African associative movement in the former Mozambique Portuguese colony played a significant and active role in the transformation of a proto-nationalism on a more interventive national conscience. Its importance justifies the title of the present article: *“The African associative movement in Mozambique”*. The collection, interpretation and analysis of the verbal, written and iconographic sources, allow us to demonstrate the existence of a bridge between the first initiatives of the civil society in the beginning of the 20th century and the emergence of the independent movements in the earlier sixties. In conclusion, 1926 and 1962 can be defined as milestones, the chronological time which separates the African cause from a truly national conscience.

On a first approach, Mozambique Colony is placed in the greater picture of the Portuguese overseas territories, analyzing its economic, social and political structure. Secondly, this thesis produce a characterization of the African associations, remarking its actions, press censorship and social constraints, and, finally, putting in evidence the real growth of the movement, as a wave of plea that got bigger and bigger until reaching its highest point with the unified action against the colonial regime.

The sub-heading of the text: *“Tradition and fight”*, concerns to the Women and Men who livened up that movement, at the core of the *“African cause”* elite, with such a motivation that, till today, inspires scientists, writers and scholars who embrace the study of all the groups who build Mozambique as a sole nation and believe in a better world.

**As key-words, three are indicated:** Portuguese Colonialism – African Cause – Associativism.

### As Associações Africanas

*“Canção Fraterna”*  
*“Irmão negro de voz quente*  
*o olhar magoado*  
*diz-me:*  
*Que séculos de escravidão*  
*geraram tua voz doente?*  
*Quem pôs o mistério e a dor*  
*em cada palavra tua?*  
*E a humilde resignação*  
*na sua triste canção?*  
*E o pranto de melancolia*  
*no fundo do teu olhar?*  
*Foi a vida? o desespero? o medo?*  
*Diz-me aqui, em segredo,*  
*irmão negro*  
*Porque a tua canção e sofrimento*  
*e a tua voz, sentimento*  
*e magia.*  
*Há nela a nostalgia*  
*de liberdade perdida,*  
*a morte de emoções proibidas,*  
*a saudade de tudo o que foi teu*  
*e já não é...”*

Noémia de Sousa

Em Moçambique são as cidades os viveiros de onde brotam as primeiras manifestações nacionalistas, tanto no campo da literatura (poesia e jornalismo), como ao nível dos movimentos associativos. Segundo Eduardo Mondlane, primeiro Presidente da FRELIMO:<sup>2</sup> *“O nacionalismo moçambicano, como praticamente todo o nacionalismo africano, foi fruto directo do colonialismo europeu. A base mais característica da unidade nacional moçambicana é a experiência comum (em sofrer) do povo durante os últimos cem anos do controlo colonial português”*. O porquê deste sofrimento está omnipresente em *“Canção Fraterna”* de Noémia de Sousa, escrita em 1948<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Declaração feita por Eduardo Mondlane em Dar-se-Salaam a 3 de Dezembro de 1964. In *Présence Africaine*, L III, 1º. trim., 1965.

<sup>3</sup> In AAVV, *História de Moçambique*, 3º. vol., p. 226.

Depois de uma caracterização sumária do movimento associativo, em que respondemos à pergunta: que tipo de associações existiram em Lourenço Marques? Iremos exemplificar, no âmbito das associações africanas, as que consideramos como típicas, no caso do Instituto Negrófilo/Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique e as atípicas, como o Grémio Africano/ Associação Africana da Colónia de Moçambique. O aspecto mais importante parece-nos que é verificar em que questões e com que resultados foi feita a contestação ao regime colonial português para avaliar o impacto das ideias nacionalistas.

## 1. Tipologia

O fenómeno associativo teve como espaço próprio, o ambiente urbano da Colónia de Moçambique, tendo-se concentrado em Lourenço Marques, fruto da iniciativa dos homens de então. Ao estudar a documentação existente no Arquivo Histórico de Moçambique<sup>4</sup> e no Arquivo Histórico Ultramarino<sup>5</sup>, sentimos a necessidade de criar um quadro classificativo, claro e operativo que nos ajudasse a construir uma amostra interpretativa da trajectória seguida pelo movimento associativo em geral e pelas associações africanas, em particular.

Do ponto de vista metodológico queremos realçar a importância de termos cruzado a informação escrita com a informação oral<sup>6</sup>, decorrendo da memória de protagonistas da história urbana que ajudaram a detalhar a situação política e social de Lourenço Marques. Pesquisando os Anuários quer de Lourenço Marques<sup>7</sup>, quer da Província de Moçambique<sup>8</sup>, apareceu-nos uma primeira classificação, quanto à natureza das associações africanas: de classe, isto é, Asso-

---

<sup>4</sup> A documentação relativa às associações, no AHM, em Maputo encontra-se dispersa pelos Fundo do Governo-Geral (GG), da Direcção dos Serviços de Administração Civil (DSAC), sendo fundamental para o estudo das associações africanas, a Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas (DSNI).  
Ver Bibliografia

<sup>5</sup> Entrevistas a João Mendes, feitas por Mário de Andrade, em 1985, por Olga Neves, em 1988, por António Sopa, em 1991; cf. HONWANA; R. B. M., *Memórias....*, Porto, Ed. Asa, 1989.

<sup>7</sup> In *Anuário de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, A. W. Bayly & C<sup>a</sup>., 1908-1947.

<sup>8</sup> In RIBEIRO, Sousa, *Anuário da Província de Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1940.

ciação dos Enfermeiros<sup>9</sup>, a Associação dos Engraxadores<sup>10</sup>, a Associação dos Barbeiros<sup>11</sup>, a Associação dos Lavadores<sup>12</sup>, etc.; de previdência, assistência, beneficência, por exemplo: a Caixa de Auxílio dos Pobres<sup>13</sup> e a Mutualidade de Moçambique<sup>14</sup>, e de defesa, instrução e recreio, como por exemplo o Grémio Africano de Lourenço Marques, mais tarde Associação Africana da Colónia de Moçambique<sup>15</sup>, bem como o Congresso Nacional Africano<sup>16</sup> e o Instituto Negrófilo<sup>17</sup>, donde nasceu o Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique.

É sobre este último grupo, sobre os clubes como então eram conhecidos, que vai incidir a nossa análise, pelo impacto da sua acção na sociedade colonial. E é justamente pelo tipo de convívio que propiciaram decorrente dos membros, do espaço e da acção desenvolvida, que nos leva a propor como hipótese de trabalho, a classificação de associações típicas, onde predominou um convívio segregado e associações atípicas, onde houve experiências de um convívio aberto e tolerante. São exemplos do primeiro caso, o Instituto Negrófilo que deu origem ao Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique e do segundo, o Grémio Africano de Lourenço Marques, mais tarde Associação Africana da Colónia de Moçambique.

---

<sup>9</sup> Ref. à Associação de Enfermeiros, sem estatutos aprovados. Ver Informação n.º. 132, da Direcção dos Serviços de Administração Civil, Lourenço Marques, 22.06.53. *In* AHM, DSAC, cx. 27.

<sup>10</sup> Ref. à Associação dos Engraxadores e Polidores de Lourenço Marques, (1965-69). *In* AHM, DSAC, sec. A, cx. 1,51, proc. n.º. 27/414.

<sup>11</sup> Ref. à Associação dos Barbeiros, sem estatutos aprovados. Ver AHM, DSNI, cx. 4.

<sup>12</sup> Ref. à Associação dos Lavadores, sem estatutos aprovados. Ver AHM, DSNI, cx. 4.

<sup>13</sup> Ref. à Caixa de Auxílio dos Pobres.

<sup>14</sup> Ref. à Mutualidade de Moçambique.

<sup>15</sup> O Grémio Africano de Lourenço Marques teve os seus estatutos aprovados por Alvará do Governo a 07.07.1920, p. 251. Alterados os estatutos por PP. 2 166, 10.01.1934, p. 8; passando a chamar-se Associação Africana da Colónia de Moçambique por PP. 3 591, 09.11.1938, p. 567.

<sup>16</sup> O Congresso Nacional Africano nascido de divergências no seio do Grémio em 1920. Descoberta a documentação no AHM pela autora.

<sup>17</sup> O Instituto Negrófilo com estatutos aprovados por PP. 1 617, 12.03.1932, p. 134. Deu lugar ao Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique que, teve os seus estatutos aprovados por PP. 3 490, 17.08.1938, p. 356. Extinto o Centro por PP. 18 802, 31.07.1965, p. 884.

O estudo comparativo permitiu-nos concluir que a elite africana<sup>18</sup> equacionou de forma diferente e alternativa, os problemas que afectavam a população, a maioria da população em Moçambique, de que se diziam digníssimos representantes. Vejamos, então, quem? Onde? E, como se afirmaram os construtores da Nação Moçambicana, mesmo antes dos alicerces do Projecto terem sido preparados no terreno do Estado colonial. E, quando? Vamos seguir, pois a trajetória do próprio movimento associativo, do protesto à acção armada contra o colonialismo, no período que nos propusemos estudar, de 1926 a 1962. O espaço temporal estudado permite-nos aperceber das alterações da tática desses grupos, em fase de mudança (1<sup>a</sup>. República – Ditadura Militar – Estado Novo). Nas entrelinhas do discurso<sup>19</sup> transparece uma onda de entusiasmo pelos ideais republicanos, de justiça, fraternidade e de igualdade, que lentamente esmorece em descrença pelo regime de promessas vãs. Na crise do pós-guerra, apontam-se indícios de outros caminhos. Há quem trilhe e simpatize com a ideologia socialista, como há quem se deixe absorver pelo salazarismo.

## 2. O tempo e o espaço

Como foi o percurso do movimento associativo? Podemos distinguir três períodos, a saber: Em primeiro lugar uma fase, que vai de 1898 até 1935, portanto de trinta e sete anos delimitados desde Agosto de 1898, em que foi criada a Associação dos Funcionários do Comércio e Indústria de Lourenço Marques<sup>20</sup> até 1935, ano em que as Lojas Maçónicas são perseguidas, consideradas oficialmente ilegais, passando portanto para uma fase de clandestinidade. Uma segunda fase, de 1935 a 1974, um período de trinta e nove anos, subdividida numa faixa inicial, de reorganização, imposta a todas as colectividades pelo regime, nos moldes do corporativismo e sob influência da legisla-

---

<sup>18</sup> O conceito de elite africana in MOREIRA, Adriano, "Les élites dans les territoires portugais sous le régime d' indigénat (Guinée, Angola, Moçambique)". In *Bulletin International des Sciences Sociales*, Lisbonne, 1956.

<sup>19</sup> Ver OBA. Cf. ROCHA, Ilídio, *A Imprensa em Moçambique*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 2000, pp. 120-123 epp. 268-269.

<sup>20</sup> CAPELA, José, *O movimento operário em Lourenço Marques, 1898-1927*, Porto, Ed. Afrontamento, 1983.

ção de Setembro de 33, quanto às associações de classe; numa faixa intermédia, de 1945 a 1962, onde cresce a contestação ao regime colonial e, numa faixa significativa, de 1962 a 1974, o caminho para a independência. E uma terceira fase, constituída por estes últimos anos, de transição, da independência<sup>21</sup> e pós-independência, de 1974 aos nossos dias, em que a sociedade civil ganha espaço para se afirmar.

Neste quadro geral se inserem as associações africanas, cuja evolução iremos analisar em termos da sua resposta ao regime colonial. A nossa tese privilegiou a primeira e a segunda fase por conterem o ambiente que propiciou o nascimento e os ritmos de crescimento até 1962, baliza cronológica que nos parece ser, extremamente significativa pelo que representou na história de Moçambique, o eclodir do movimento de libertação, a FRELIMO, frente que uniu e lutou por um projecto nacional, independentista e democrático.

### 3. O modo de contestação ao regime colonial

Há pouco falámos da resposta da elite africana. É parecidos, mais correcto falarmos de respostas, utilizando portanto, o plural dado que, para um mesmo problema houve diferentes maneiras de o equacionar, pressionar também com diferente intensidade e lutar pela sua resolução. Todavia, antes de abordarmos em geral as principais questões constitutivas da chamada "*causa africana*"<sup>22</sup>, importa chamar a atenção para os seguintes condicionalismos: Em primeiro lugar, o tipo de documentação de que dispomos, não é homogéneo. Se para o estudo do Grémio Africano/ Associação Africana<sup>23</sup>, podemos-nos

---

<sup>21</sup> ANDRADE, Mário e REIS, M<sup>o</sup>. do Céu, "Ideologias de Libertação Nacional", Maputo, Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1985; ver PENVENNE, Jeanne Marie, "A History of African Labour in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950", Boston, Boston University Graduate School, 1982; AAVV, *História Geral de África*, 8<sup>o</sup>. vol., UNESCO, Ed. Tecnos, 1987; cf. MARGARIDO, Alfredo, *op. cit.*, p. 67.

<sup>22</sup> Por causa africana entende-se a defesa dos interesses da população africana, cuja identificação pelo movimento associativo foi evoluindo de acordo com o processo histórico. Por exemplo, nas primeiras décadas do século XX, o Grémio Africano de Lourenço Marques equacionou três zonas de pressão: Educação, Justiça e Trabalho; nas décadas de 40-50, os intelectuais da Associação Africana, como José Craveirinha e Noémia de Sousa pensavam no levantamento da raça negra; nas décadas de 60-70, a elite africana nos movimentos nacionalistas lutava pela independência nacional. Ver Glossário final.

<sup>23</sup> Para o estudo de Grémio Africano / Associação Africana, ver NEVES, Olga, *op. cit.*, pp. 110-264; cf. ROCHA, Aurélio, "Associativismo e Nativismo em Moçambique. O Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938)", Lisboa, F. C. S. H. -U. N. L., 1991, pp. 152-340.



socorrer de muito poucas Actas, alguma correspondência mas há a vantagem de se poder contar com os jornais - *O Africano* e *O Brado Africano*, já para o estudo do Instituto Negrófilo/Centro Associativo dos Negros<sup>24</sup>, há alguma correspondência e Actas, quer do Centro, quer do Núcleo de Estudantes, o NESAM<sup>25</sup>, que aí estava integrado.

Enquanto a prosa jornalística é mais acutilante<sup>26</sup>, o texto da correspondência oficial<sup>27</sup> aparece mais suave, em tons de solicitude e nunca de irreverência. Do confronto das datas<sup>28</sup> é possível descortinar um ambiente de intriga, desconfiança e discriminação racial. É possível pois, identificar as questões que parecem ter sido as mais relevantes para as associações africanas, mas, saber da intensidade dos conflitos e dos seus resultados revela-se-nos tarefa quase impossível pela exiguidade da informação escrita. Claro que, pelo recurso à história oral procurou-se colmatar as lacunas existentes, mas estas persistem em manter-se como sombras<sup>29</sup> no nosso conhecimento.

Por outro lado, é preciso ter em conta a situação política na cidade de Lourenço Marques no momento em que surgem as associações. Se o Grémio Africano foi favorecido pelo ambiente republicano contestatário que se viveu no estertor da Monarquia e ganha fôlego para crescer, já na 1<sup>a</sup>. República, o Instituto Negrófilo foi um produto do Estado Novo, condicionado pelo tempo da censura e de repressão. O que é possível, dentro dos condicionalismos que atrás apresentámos, comparar? Parece-nos ser possível, então, comparar no período do Estado Novo, mais precisamente de 1932 a 1962 a actuação das principais associações africanas.

---

<sup>24</sup> Para o estudo do Instituto Negrófilo / Centro Associativo dos Negros, ver AAVV, *História de Moçambique*, 3<sup>o</sup>. vol., pp. 61-82.

<sup>25</sup> Para o estudo do NESAM, ver CASIMIRO, Isabel Maria, "O Movimento Associativo como Foco do Nacionalismo. Movimento Estudantil. NESAM e AAM", Maputo, Departamento de História, Universidade Eduardo Mondlane, 1979.

<sup>26</sup> Exemplo de prosa jornalística acutilante. Ver OBA.

<sup>27</sup> Ver o Fundo documental da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas.

<sup>28</sup> Ver Actas do Instituto Negrófilo/ Centro Associativo dos Negros.

<sup>29</sup> Por exemplo, as razões que levaram à existência do Congresso Nacional Africano, em Lourenço Marques, no início da década de 20. Portanto, o Congresso Nacional Africano constitui ainda uma zona-sombra a investigar, apesar de ter descoberto no Arquivo Histórico de Moçambique a primeira documentação relativa a este grupo. Ver o testemunho de Raul Bernardo Honwana, no seu livro *Memórias*, Porto, Ed. Asa, 1998, p. 74.



Ao nível da estratégia, encontrámos uma ocupação do território a nível de toda a colónia, que foi comum a ambas, através de delegações, que no caso do Grémio evoluíram para associações no terreno, como o Grémio Africano de Quelimane<sup>30</sup>, o Grémio Africano de Manica e Sofala<sup>31</sup> e o Grémio Luso Africano da Ilha de Moçambique<sup>32</sup>, reclamando como finalidade a representatividade da população africana de que se diziam legítimos defensores. Ainda ao nível da estratégia, parece-nos que foram comuns as questões centrais de que se ocuparam e, que poderíamos simbolicamente representar, através de um triângulo, em que em cada um dos lados poderíamos inscrever – a educação, a justiça e o trabalho – três zonas de pressão, que interpenetradas, constituíam justamente o que se entendia por “*causa africana*”. Contudo, já ao nível da tática, as posições parecem ser diferentes. Assim, o Grémio sobre política indígena propõe ser chamado a “*cooperar nesta área, com o governo*” com um plano cujo objectivo seria de “*civilizar e educar*”<sup>33</sup>. Pelas posições que assume, vivendo e defendendo os problemas da maioria da população na colónia de Moçambique, a sua luta tenaz pelo fim do trabalho forçado, da discriminação racial, da expropriação das terras, pela educação e, sobretudo pela educação da mulher “*indígena*”, poderemos considerá-lo um grupo de pressão, na sociedade colonial. Como tal, reivindicou fundamentalmente:

- O papel dos filhos da terra, como cidadãos, com a vantagem de serem intermediários entre a administração colonial e os “*indígenas*”, entre os dois mundos, como dizia o poeta Craveirinha;
- A posse da terra, através de incentivos financeiros aos pequenos agricultores, defendendo o seu poder económico. Recordemo-nos que um núcleo importante no Grémio, para além do cargo no funcionalismo público possuía terrenos;

---

<sup>30</sup> Ref. ao Grémio Africano de Quelimane / Associação Africana da Zambézia, ver o estudo de ANGIUS, Matteo, “A figura e a obra do jornalista José Júlio Roldão (1900-1979) – Contribuição para a história da imprensa em Moçambique”, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1997, pp. 59-102.

<sup>31</sup> Ref. ao Grémio Negrófilo em 1935, sendo em 1947, Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala.

<sup>32</sup> Ref. ao Grémio Luso-Africano da Ilha de Moçambique, que originou a Liga Luso - Africana de Moçambique, com estatutos aprovados por PP. 3 815, 06.09.1939, p. 298; ver AHM, DSAC, sec. A, cx.1, 19, (1939-1973), Proc. nº. 27/54.

<sup>33</sup> In OBA, nº. 347, 06.02.1926, 1ª. p., 6ª - 7ª. col.

- O acesso a lugares “*compatíveis*”, na administração - no funcionalismo e no exército, tal como os portugueses da Metrópole;
- O acesso ao Conselho Legislativo, já que se consideravam conhecedores da situação do “*indígena*” e se identificavam com as preocupações da maioria da população.

Se o Grémio/Associação Africana protagonizou o papel de um grupo de pressão, o Instituto Negrófilo / Centro Associativo dos Negros desempenhou um papel colaborante, ainda que crítico, chamando a atenção para a necessidade de serem criadas escolas nos meios rurais, cursos nocturnos na cidade; fazendo petições aos governantes sobre a situação dos enfermeiros indígenas; sobre o agravamento do nível de vida, pelo imposto de palhota; indo contra o trabalho forçado, mas reduzindo a sua actuação, a formas muito moderadas, no quadro do sistema burocrático (documentos e petições). Exemplo da colaboração, curiosa na intenção, é o de um peditório levado a cabo pelo Instituto, onde foram distribuídas bandeiras pequenas com os seguintes dizeres:<sup>34</sup> “*Contribuir para a melhoria das condições sociais dos nativos e engrandecer o Império Português*”.

Mas, foi justamente no moderado (Instituto Negrófilo)/Centro Associativo dos Negros, da colónia de Moçambique que, nos finais da década de 40, mais precisamente em 1949, Eduardo Mondlane fundou com um grupo de estudantes, o Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique - o NESAM, que iria desempenhar, como iremos ver mais à frente, um papel decisivo no desabrochar da consciência nacionalista.

#### **4. Do Grémio Africano à Associação Africana**

##### **4.1. Organização do grupo**

Numa cidade, onde se convivia separadamente, surge o Grémio Africano de Lourenço Marques, em 1908, associando personali-

---

<sup>34</sup> Ver o livro de Actas do Instituto Negrófilo. In AHM, códices 116260-116263.

dades e toda uma elite de mestiços, negros e brancos, inicialmente sob o pivot de uma ideia fundamental – a educação dos “*indígenas*”, a maioria da população. E, como de uma onda se tratasse, a essa nobre ideia do direito à educação, outras mais se juntaram, com o triunfo da República, atomizando um conjunto a que deram o nome de “*causa africana*”<sup>35</sup>.

Do ponto de vista legal, o Grémio existiu até 1938, data em que passa a ser designado por Associação Africana, mantendo-se até à independência de Moçambique, em 1975, com as características que sempre teve, de sociedade mista de defesa e beneficência, de uma camada abrangente de trabalhadores moçambicanos e, por outro lado, de recreio para uma faixa da pequena burguesia local, sobretudo mestiça. Pelos resultados da acção conseguida, defendemos a hipótese de ser entendido como um grupo de pressão, do ponto de vista político, social e cultural, referenciado já na época em que actuou, como um importante clube nativo<sup>36</sup>, onde emerge uma intelectualidade jovem, a “*Acção Cultural*”<sup>37</sup> e, porventura o ensaio de um Partido Nativista<sup>38</sup>. Parece ser um grupo não homogéneo, percorrido por várias correntes de opinião, expressas no jornal, seu porta-voz, de 1908 a 1918, *O Africano* e, a partir dessa data, *O Brado Africano*. O apelo, insistentemente lançado à unidade, leva-nos a procurar os factores de divisão interna, que aliás deram origem a novos grupos, tais como o Conselho Nacional Africano e o Instituto Negrófilo, mais tarde Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique. Terá sido apenas, a questão racial?

#### 4.2. Os Membros

A partir da sistematização das referências à participação nas actividades do Grémio Africano/Associação Africana, dos sócios e dos membros eleitos para preencher os corpos gerentes, referências essas, colhidas nos jornais, *O Africano* e *O Brado Africano* e confirma-

---

<sup>35</sup> Trata-se da defesa, em alcance Pan-africano, da população negra.

<sup>36</sup> Ref. *O Brado Africano*, 20.01.1923.

<sup>37</sup> *Idem*, 03.07.1926.

<sup>38</sup> CAPELA, J., *O movimento operário em Lourenço Marques, 1898-1927*, p. 274.

das nos Anuários<sup>39</sup> apercebemo-nos em primeiro lugar do mosaico representativo da sociedade urbana de Lourenço Marques. Aí estão os burocratas, os pequenos comerciantes, os empregados comerciais, os tipógrafos, representando a população dita activa. Todavia, por detrás da designação sonante de “proprietário”, aparece por vezes um tipo social, que designaremos de “*biscateiro*”, indivíduo que lança a mão a qualquer possibilidade de negócio, valendo-se dos seus conhecimentos sociais, de relações de compadrio ou mesmo, de um certo grau de instrução.

Importa destacar que, a maioria do corpo directivo era constituído por funcionários públicos, sendo os sectores do aparelho de Estado, com mais elementos – os Caminhos-de-Ferro e o Porto de Lourenço Marques, a Imprensa Nacional, os Tribunais, o Serviço dos Negócios Indígenas, os Correios, a Alfândega, a Fazenda, as Obras Públicas e a Curadoria dos Indígenas Portugueses na União Sul-Africana. Característica interessante a apontar à elite directiva do Grémio é o facto de funcionários públicos, membros serem proprietários, dedicando-se alguns à venda de terrenos, como se pode constatar nos anúncios do jornal *O Brado Africano* e nos registos do *Anuário de Lourenço Marques*. Os dados recolhidos quanto aos sócios e aos membros da direcção sugerem-nos um envolvimento social intenso na vida política de Lourenço Marques. Renegando o papel de “*assimilados*” que as autoridades coloniais lhes tentaram impor, os “*filhos da terra*” empenharam-se na defesa da Causa Africana.

### 4.3. O Programa

Analisemos a trajectória colectiva do Grémio Africano/Associação Africana, focalizando o plano ideológico, o que nos permitirá compreender os seguintes pontos, que parecem ser fundamentais:

- Como eram equacionados os principais problemas que, segundo o Grupo afectavam os africanos, na sociedade colonial?

---

<sup>39</sup> Ver NEVES, O., *op. cit.*, pp. 136-144.

- Que instrumentos de acção possuía para pressionar o regime?
- Em que áreas intervinha?
- Com que resultados?

Isto significa, partir da definição do conjunto de princípios que, para o Grémio/Associação constituíam a sua linha de actuação política, que se fundamentavam não só na experiência do grupo, como na experiência de outros grupos e, verificar como era constituída essa linha, no quotidiano social. A reconstrução de uma trajectória colectiva em balizas cronológicas – de 1908 a 1938, enquanto Grémio e de 1938 a 1962, como Associação Africana – portanto, num espaço temporal de cinquenta e quatro anos exigiu:

- Uma boa colecção de dados, obtida a partir da selecção de texto nos jornais, *O Africano* e *O Brado Africano*;
- A identificação dos temas principais da prosa jornalística;
- O registo da variação do tratamento desses mesmos temas.

E, finalmente, o registo das actividades desenvolvidas, focando com especial atenção, a propaganda eleitoral; as conferências, sobretudo da “*Acção Africana*” e do “*Núcleo Cultural dos Novos*”; a participação, com outros grupos e partidos políticos, em comícios, manifestações e moções conjuntas e as polémicas célebres entre a autoridade colonial e o Grémio/Associação. Debrucemo-nos então, a partir de textos seleccionados, sobre a ideologia que o Grémio/Associação Africana irá construindo, intervindo directamente, como uma força viva, de um mundo complexo, de confrontação.

O primeiro programa legitimador do grupo foi publicado no jornal *O Africano*, em 1908, no “*Número de Propaganda a Favor da Instrução*”, manifestando em artigo de fundo, intitulado “*Ano Novo – Era Nova*”<sup>40</sup>, a intenção de desenvolver a instrução e educação da raça negra, fundando para tal, uma escola onde fosse ensinada a língua portuguesa. Apesar deste brilhante artigo não estar assinado, parece-nos ser da autoria de João Albasini, a personalidade à volta da

---

<sup>40</sup> *O Africano*, 25.12.1908, pp. 1-2.

qual gira o grupo, então nascido<sup>41</sup>, pelo estilo irónico e acutilante, pelo conteúdo da intervenção, marcadamente humana, cristã, de um crítico social por excelência, que deixa transparecer todo o ambiente de esperança pelo regime de futuro – a República. O Manifesto transcrito, de “*propaganda a favor da instrução*”, explica as razões de tão vasto “*programa*”, decorrentes da estratégia do Grémio Africano, de defesa da raça negra. O projecto da escola, concretizador do Grupo, parece-nos que representa um tempo de viragem, já que a uma fase de “*submissão, de reacção contra abusos e nada mais*”, segue-se uma nova fase, de “*protesto à orientação seguida*” pela Monarquia.

Pela negativa é abordada a situação de não-desenvolvimento da colónia – “*nem estradas, nem fontes, nem oficinas, nem escolas*”, em contrapartida, multiplicam-se as cantinas, onde jorra o vinho branco para pretos – abordagem que sugere uma perspectiva de desenvolvimento que passa, de imediato, pelo combate ao alcoolismo (porque faz perecer a raça) e tem por finalidade, a educação, entendida num sentido moderno de formação “*dos homens d’amanhã*”. A defesa da língua portuguesa, em oposição aos “*dialectos cafres*”, deve ser compreendida, na nossa opinião, como instrumento de civilização e, no âmbito do ataque às missões religiosas estrangeiras, movido por personalidades influentes no grupo, ligadas à Igreja Católica. Veja-se ainda no texto, a campanha de angariação de fundos para o projecto da escola – a quotização de “*500 réis mensais*”, quantia a ser paga pelos sócios do Grémio. Claro está que não fica excluída a possibilidade de elementos beneméritos contribuírem “*para fim tão moralizador como é a Escola*”. “*Ano Novo. Era Nova*”. Eis, o grito de vida de um grupo que nascia, propondo-se a intervir, numa vertente basilar – a educação das crianças, a geração vindoura.

Seguindo a amostra<sup>42</sup> dos temas desenvolvidos pela imprensa, porta-voz do Grémio Africano, apercebemo-nos da intensidade com que são tratados os problemas relativos à educação e à justiça.

---

<sup>41</sup> Ver NEVES, O., “João Albasini, uma personalidade de excepção, na sociedade de Lourenço Marques, (1876-1922)”, trabalho prático, realizado no âmbito do mestrado, orientado pelo Professor Doutor Joel Serrão.

<sup>42</sup> Na construção da amostra temática (at) figuram artigos que desenvolvem um tema específico (te). A frequência do tema específico (fte) foi calculada através de uma regra de três simples.



Com toda a clareza, *O Africano* expõe os objectivos fundamentais do jornal: “tratar dos indígenas, nos seus interesses, educação e administração da Justiça...”<sup>43</sup> E, na “mesma senda que encetamos ao fundar *O Africano*, em 1908, prossegue *O Brado Africano*, pugnando pela Justiça, Verdade, Igualdade”<sup>44</sup>. O pivot do discurso, desloca-se para a questão do direito à cidadania, “protestamos contra a leis de excepção”, bradam os dirigentes do Grémio no “*Memorial*”, dirigido ao Governador da Província, Massano de Amorim, em Janeiro de 1919, criticando a célebre portaria “dos assimilados”<sup>45</sup>. À discriminação racial legalizada, respondem os Delegados do Grémio, com um memorando – “*Deus e o Meu Direito*”, em que começando por recordar a memória de Sidónio Pais, apresentam a razão que os leva a sentirem a sua dignidade social ferida, decorrente da promulgação da portaria provincial nº. 1.041, de 18 de Janeiro de 1919, assinada por Álvaro de Castro.

Por detrás do discurso, apercebemo-nos que a “questão dos assimilados”, transporta no seu âmago uma forte concorrência laboral entre trabalhadores negros e imigrantes brancos metropolitanos, cujo fluxo migratório aumentou, segundo as estatísticas disponíveis. Não é só o direito de ser cidadão, que é reivindicado, mas sobretudo, o direito ao trabalho, pelos que mais sentem essa concorrência – os trabalhadores negros cultos: “*É agradecer pouco, é uma flagrante injustiça, Ex. Sr., retribuir ao gigantesco esforço que a meia dúzia de nativos faz para sair da chata rotina... É assimilado aquele que for eleitor. E eleitor aquele que estiver em condições exigidas pela lei. Não se nomeiam funcionários, nem têm subvenção quem não estiver nos termos prescritos. Pronto!*”

Qual foi a posição assumida pelos Delegados do Grémio?

“...Era preciso distinguir o indígena comum da sua raça da quele que pela sua ilustração e costumes está fora daquele meio, naturalmente para ao selvagem inculto, ser aplicada outra legislação...”

---

<sup>43</sup> *O Africano*, 12.09.1912.

<sup>44</sup> *O Brado Africano*, 24.12.1918.

<sup>45</sup> *O Brado Africano*, 18. 01.1919.



Concordam pois, nesse ponto com a intenção do legislador, em estabelecer um código específico para o “*indígena*” e, propõem-se mesmo a dar a sua contribuição, colaborando para se alcançar esse objectivo. Atacam, com toda a violência discursiva, a medida legislativa que atenta, humilha e discrimina quem pretenda ser um cidadão. Vejamos como é afluída, pela primeira vez, a conflituosidade racial e classista: *“Porque o lado melindroso desta abominável portaria está justamente no facto, indecoroso e aviltante, de se distinguir uns determinados cidadãos para serem marcados, para andarem munidos de um papel, o tal alvará... Não é preciso Exmo. Snr. andar com alvarás, tirar alvarás aviltantes para mostrar a padeiros analfabetos que são brancos, mas que brancos como são, por culpa sua ou dos pais ou do Estado, não lêem o papel e seguem adiante tocando no burro!...”*

Um programa de acção do Grémio é exposto em 1920<sup>46</sup>, defendendo a candidatura de João Albasini, como deputado por Moçambique, em que “*os problemas que mais o haveriam de ocupar*” seriam:

- *“Educação do indígena e nacionalização das colónias, estabelecendo uma forte propaganda no sentido de desviar a emigração da América para as nossas colónias tanto quanto possível”.*
- *“Criação de escolas de artes e ofícios, em todas as capitais dos distritos da província e conseguir que a educação elementar seja organizada conforme o sistema moderno, em edifícios próprios onde as regras de higiene fossem observadas com escrupulo, constituindo nelas a obrigatoriedade da educação física em campos próprios”.*
- *“Intensificação dos trabalhos de agricultura, tomando-se obrigatória a criação de granjas em todas as edilidades tendo anexas escolas práticas de agricultura e criação de gado”.*

---

<sup>46</sup> O *Brado Africano*, 29.05.1920. Veja-se que o Grémio Africano integrou a Liga Africana (1920) e o Partido Nacional Africano (1921) em Lisboa, onde em 1925 se realizou um congresso Pan-Africanista. Cf. OLIVEIRA, César, “Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, 2<sup>o</sup>. vol., p. 639.

- “A eliminação das leis de excepção e codificação das leis respeitantes a indígenas em bases compatíveis com os bons costumes”.
- “Trabalhar para que se estabeleçam as vias de comunicação com o interior, por meio de boas estradas e linhas férreas”.
- “Proporia também a introdução nas leis sobre a concessão de terrenos, de disposições que tornassem dificultoso o açambarcamento de terrenos, por indivíduos de nacionalidade estrangeira e a proibição de venda dos mesmos pelos nacionais a estrangeiros sem expressa autorização do Governo...”

Estes mesmos pontos voltaram a ser expressos, quando convidada a pronunciar-se sobre “o estudo de problemas que convém aos interesses da Província”, a direcção do Grémio Africano apresenta em 1922<sup>47</sup>, um extenso plano de medidas, “traduzindo unicamente o desejo de ver esta Colónia em pleno desenvolvimento das suas riquezas, com a sua situação económica desafogada, enfileirando-se ao par de outras colónias florescente(s) pelo esforço nacional, que coloque em linha ascendente o seu comércio, as suas indústrias, os seus costumes, a sua língua, em concorrência com aqueles que se encontram empregando também as suas faculdades produtivas e os seus elementos assimiladores”.

As medidas propostas, visando o desenvolvimento de Moçambique, na sua globalidade, parecem representar a perspectiva da pequena-burguesia africana, querendo assegurar a sua própria base material, o que passa pela detenção de terras, pelo acesso a lugares compatíveis no funcionalismo e no exército, em pé de igualdade com os “*européus*”, acesso possível através de oportunidades dadas pela educação e garantidas pelo trabalho. Esta leitura não elimina a preocupação que transparece dos problemas da maioria da população africana – realçados no ponto relativo à mão-de-obra e à emigração. Todavia, a posição de defesa do “*indígena*” desenvolve-se num tom

---

<sup>47</sup> O *Brado Africano*, 11.08.1922, (documento com data de 4 de Agosto e assinado pela direcção, Estácio Dias, José Albasini, Joaquim Swart, Eugénio da Silva Júnior e Francisco de Haan).

conciliatório, procurando conciliar interesses, que nos parecem irreconciliáveis - do colono e do indígena.

Infelizmente não encontramos documentos posteriores, que analisassem, de uma forma tão completa, a situação global de Moçambique. Questões pontuais, denúncia e crítica de problemas do quotidiano, parecem ser objecto de acção do Grémio, mantendo-se contudo, subjacente uma visão de conjunto, apelidada com toda a solenidade de “*Causa Africana*”, como iremos ver mais adiante.



Gravura nº. 1 - Uma das primeiras sedes do Grémio Africano de Lourenço Marques, sita na Av. Filipe Samuel Magaia. Fotografia da colecção da autora.

#### 4.4. Instrumentos de acção

Vejamos agora, quais foram os instrumentos de acção que o Grémio Africano dispunha para intervir na sociedade de Lourenço Marques. Ao focar as actividades do grupo, apercebemo-nos de vários instrumentos de acção, que vão sendo organizados, à medida que este grupo penetra não só na “*high-life*” de Lourenço Marques, como no seio dos “*indígenas*”, que afirma defender. Sem dúvida que o jornal foi o meio mais eficaz de propaganda, de onde partiam as far-

pas aguçadas da crítica que o grupo lançava “aos mandões”, denunciando situações obscuras, formando a opinião pública, consciente de que “a missão da Imprensa (...) é sagrada”<sup>48</sup>. Porque, na opinião do Grémio, “é preciso não tolher a crítica, a liberdade de dizer francamente o que se sente acerca de qualquer assunto que interesse à terra ou à sua comunidade”. Todavia, a autoridade colonial, “por parte daqueles a quem convém, a continuação de desmandos e falcatruas”, tem “tido uma oposição sistemática servindo-se de perseguições odiosas e de força brutal que não honra, antes faz retro gradar por animalidade e indigna a sociedade que se tem na conta de culta”. Numa atitude construtiva e de grande alcance, muitos esforços foram canalizados para a educação e formação das novas gerações, tendo sido dado lugar de destaque à mulher africana, pelo que funcionava na sede do Grémio, uma escola feminina, honrando o nome de João Albasini, “paladino” dessa luta.



Gravura n.º 2 - Antiga sede do Grémio Africano/Associação Africana em Lourenço Marques na década de trinta, sita na Av. Ho Chi Min, (Antiga 5 de Outubro).

<sup>48</sup> O Brado Africano, 23.07.1921, 1.ª p., 6.ª col., (ref. à repressão da imprensa na pessoa de Libério Pereira, director e editor do jornal *A Terra*, periódico que se publicava na Índia).

A sede parece ter sido, um palco importante na vida da organização, com os seus sectores próprios de administração, redacção do jornal, sala de aulas, consultório médico, ginásio, onde o boxe e a dança são ensaiados e o salão deslumbrante, nos dias de baile (...) como recorda o poeta Craveirinha, das suas aventuras quando ainda muito “moleque”, espiava as belas damas, rodopiando airosamente no salão.<sup>49</sup>

#### 4.5. Áreas de intervenção

Na comemoração festiva do segundo aniversário dos seus estatutos<sup>50</sup>, o Grémio Africano apresentou os resultados atingidos, focando as zonas privilegiadas de acção, até 1922: “Conseguiu que fosse revogada a lei dos assimilados; (...) que o ilustre Ministro das Colónias, Ferreira da Rocha, por intermédio da Liga Africana, decretasse a Lei 7.151<sup>51</sup>. Que fosse criada a escola agrícola do Umbeluzi<sup>52</sup>. Que fosse criada a escola indígena deste Grémio, finalmente que os nossos direitos como cidadãos livres não fossem postos de parte”.

Se quisermos representar simbolicamente estas áreas, teremos um triângulo constituído na base pela Educação e nos dois lados: Justiça e Trabalho, três zonas de pressão, que interpenetradas, constituem justamente, o que o Grémio entende por defesa da “Causa Africana”. Isto significava na linguagem do *Brado*:<sup>53</sup>

*“(...)pugnar pela causa dos nativos, pela civilização dos indígenas, pelo direito dos fracos e oprimidos”, daí o apelo, “este brado a todos os africanos, levantem-se e caminhem.*

*Levantem-se da apatia em que se conservam, da atitude desconfiada perante os povos civilizados, da ignorância, das trevas.*

*Caminhem para o trabalho, para a instrução, para a luz, para a maioridade política, para a posse dos seus destinos...”*

---

<sup>49</sup> Recordações de Craveirinha, quando era menino. O termo moleque ou mufana significa menino, criança.

<sup>50</sup> *O Brado Africano*, 30.12.1922, (ver discurso de Francisco de Haan).

<sup>51</sup> Ref. à lei que anulou a portaria dos assimilados.

<sup>52</sup> Ver processo 1914-1922. In AHM, SNI, sec. D, cx. 1.329

<sup>53</sup> *O Brado Africano*, 24.12.1927.



Num requerimento ao Governador-Geral, a 29 de Novembro de 1945, solicitando a concessão de um subsídio para a conclusão da sede da Associação<sup>54</sup>, a direcção enumera a obra feita em jeito de balanço, argumentando primorosamente a necessidade do apoio governamental para prosseguir a sua “missão”, como “*associação instrutiva, recreativa e beneficente, tendo como principais fins, defender os direitos e interesses que de justiça e por lei pertencem aos africanos desta Colónia, dispensando-lhes protecção, auxílio e assistência*”. Qual foi, então o balanço apresentado?

*“Assim e no que respeita à instrução, foram em tempos atendidas algumas das maiores aspirações desta agremiação, tais como a criação da Escola Agrícola do Umbeluzi, hoje praticamente extinta, e da Escola profissional para o sexo feminino “João Albasini”, medidas altamente patrióticas e que em muito beneficiaram o nativo.*

*Foi também a pedido do Grémio Africano que o curso do ensino primário elementar, funcionou na Escola Paiva Manso que, passou a destinar-se especialmente a indígenas com mais de 14 anos, por se reconhecer que a população nativa espalhada pelos subúrbios desta cidade e impossibilitada de frequentar as escolas das Missões Religiosas, ora, há poucos anos, na sua quase totalidade, desviada para as escolas das Missões estrangeiras, perigo reconhecidamente grave e que muito contribuiu para a sua desnacionalização.*

*Não esmoreceu a actividade desta agremiação e assim, com superior aprovação do Governo, iniciou e teve a seu cargo a “MISSÃO DE PROPAGANDA PATRIÓTICA”, que visava “incutir no espírito dos indígenas o amor que devem consagrar a Portugal, às suas terras, e o respeito que devem ter pelo espírito das leis cumprindo-as tal como se determina”.*

As prelecções dos agentes dessa “Missão Patriótica” exerceram uma extraordinária influência no ânimo dos seus ouvintes, com resultados práticos que animavam e convenciam da necessidade e oportunidade da protecção que o Governo nunca deixou de prestar a essa grandiosa obra nacionalizadora”. Os resultados são optimizados, como convém.

---

<sup>54</sup> Ver requerimento de 29.11.45, assinado pela direcção da Associação Africana. In AHM, DSNI, sec. A, cx.2.

“Na verdade:

- a) - *Está o indígena reconhecido e vê a conveniência de aprender a língua portuguesa e de mandar os seus filhos para as escolas oficiais.*
- b) - *Dedica-se, presentemente, à agricultura e já reconhece também que o amanho das terras deve obedecer a novos processos, até ao seu aperfeiçoamento pelo emprego das charruas e a pouco e pouco vai afastando as suas mulheres dos serviços da pesada agricultura, restringindo o serviço delas, à colheita, sachas, mondas e outros mais ligeiros trabalhos de agricultura.*
- c) - *Aumentando o seu gado, ele vai seleccionando para o que envia as suas vacas para os postos do Governo, afim de serem cobertas por touros de raça.*
- d) - *Com decência vai trajando a moda europeia.*
- e) - *Com precisão e limite das suas possibilidades vai satisfazendo os impostos ao Governo e, quando requisitados para o serviço militar, (p) a «p» resenta-se sem receio nas Administrações...”*

Como homens bons, esses afro-portugueses “filhos da terra” solicitavam uma sede, onde pudesse ficar a escola, a biblioteca, a oficina do jornal, o palco da orquestra de jazz, o ginásio e o salão de convívio, enfim um “*lar colectivo*” para a família africana. A componente cultural e desportiva fez aproximar a Associação Africana de outras associações com fins idênticos e, onde o convívio privilegiou a juventude intelectual africana, tais como a Associação dos Naturais, a Associação Académica<sup>55</sup>, e a Liga da Mocidade Africana<sup>56</sup>. Porquê essa aproximação? O ambiente quente de boémia, de procura do “Harlem”, nos subúrbios da capital? Cremos que sim, a julgar pela intensidade da vida nocturna. Mas, há que considerar o facto de ser uma sociedade em constante movimento, com um forte fluxo migratório, de vai e vem de mineiros, de comerciantes e de minorias desenraizadas. Vivia-se

---

<sup>55</sup> Associação Académica, presidida por Marciano Nicanor da Silva, membro influente do Grémio/Associação Africana. *In* OBA, 03.04.1926.

<sup>56</sup> *In* OBA, 18.10.1930.



em Lourenço Marques tempos de jazz, de tertúlias literárias e artísticas,<sup>57</sup> que a censura tentava calar, como iremos ver no capítulo seguinte. Nem a forte repressão política foi capaz de travar a contestação e de calar o grito. “*Eu sou carvão.../ mas para sempre, não*”<sup>58</sup>, anunciava Craveirinha. “*Bom*”, explicava o poeta, “*a partir de uma determinada altura eu tive uma consciência política, uma consciência de África, uma consciência do país. E uma opção. Quando opto por Moçambique, eu estou a optar por África*”. O “*Grito*”, já foi escrito na década de 40 e o “*Tambor*” até 1950, 1951 o mais tardar...”<sup>59</sup>.

## Conclusões

No universo estudado das iniciativas africanas, sobretudo no âmbito político e social, investigámos o movimento associativo moçambicano para uma história do nacionalismo em Moçambique, procurando caracterizar as suas especificidades. Para alcançar essa finalidade traçámos como rumo, a contextualização física e económica da Colónia que mostrasse a importância de Moçambique, no quadro do império colonial português; a caracterização do ambiente político desenhado por partidos políticos, grupos de pressão e associações africanas. Seguindo a sua trajectória, do protesto à acção armada, detivemo-nos nesse percurso, no estudo da censura à imprensa, sobretudo, à africana e nos fenómenos da resistência e clandestinidade.

À partida formulámos a hipótese da existência de uma ponte entre as associações africanas e os movimentos nacionalistas, na busca de um projecto de construção da Nação Moçambicana, da identidade moçambicana; as primeiras tê-la-iam sonhado enquanto que os segundos por ela lutaram. Como factores essenciais da construção da Nação defendemos o papel da língua portuguesa, como espaço de união e a cultura crioula moçambicana, como expressão do “*eu*”, cidadão moçambicano<sup>60</sup>, personalidade colectiva e libertado-

---

<sup>57</sup> Ver entrevista ao poeta José Craveirinha, Maputo, 1988; cf. SOPA, A. e SOARES, Paulo, “As origens da arte moderna moçambicana”, intervenção no Vº. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, em Maputo, 1997.

<sup>58</sup> Referência ao poema “Grito” de José Craveirinha.

<sup>59</sup> Ver CHABAL, Patrick, *Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade*, Lisboa, Vega, 1994, p. 98.

<sup>60</sup> CRAVEIRINHA, José, “Poema do futuro cidadão”, in *Voz de Moçambique*, Maputo, Ano XIII, nº. 376, 26.12.72, p. 7.

ra. Apesar da investigação inacabada, pois pretendemos continuá-la na senda dos partidos políticos e grupos de pressão de Moçambique, é possível sistematizar algumas ideias e apresentar novas pistas para trabalhos futuros, na área por nós privilegiada, da história política e social.

A primeira conclusão a que chegamos foi que o movimento associativo foi um fenómeno urbano. Como pudemos observar, o movimento associativo concentrou-se no espaço urbano de Lourenço Marques, na época imediata à implantação da República, mas longamente preparado, desde os finais do século XIX, testemunhando a capacidade organizadora dos homens de então. Expandiu-se com o crescimento das cidades ao longo da Colónia de Moçambique durante o Estado Novo e, chegou às vilas nos finais dos anos cinquenta, acompanhando a atracção económica de certas zonas, como o Chókwe (Gaza), Manica e Moatize (Tete). A segunda conclusão é a de que, as iniciativas africanas, no quadro do movimento associativo foram conduzidas por uma elite, pequeno-burguesa, a “*intelligentia*” dos “*filhos da terra*”. Por um lado, constatámos a existência de uma actividade organizada, levada a cabo por essa elite intelectual, que se manifestou num jornalismo de opinião, que reagiu ao regime colonial. Por outro, verificámos a sua criatividade literária e artística em anseios de afirmação.

A terceira conclusão centra-se na defesa da “*causa africana*”, pressão que foi exercida sobre o regime colonial por grupos africanos. Estudámos o percurso de trinta e seis anos (1926-1962), de associações africanas, analisando as vicissitudes por que passaram homens de cor, que queria inicialmente fundar uma escola, em defesa da língua portuguesa, no seio da maioria da população, os “*indígenas*”. Em breve, ao projecto da escola, outros se seguiram, sendo o mais relevante a manutenção de um órgão de imprensa semanal: *O Africano* e *O Brado Africano*, porta-voz dos ideais difundidos pelos republicanos, de “*Justiça, Igualdade e Fraternidade*” e, ecoando as aspirações do Pan-africanismo, de elevação da “*Raça Negra*”.

A síntese conseguida, no embrião de um novo ideário – o Nativismo, norteia a actuação crítica, acutilante, de denúncia dos des-

mandos a que são submetidos os “*naturais do ultramar*”, veiculando assim, uma determinada imagem-opinião da colonização portuguesa. A denúncia de casos de injustiça, parece ser uma das vertentes mais sólidas da actuação e, a que permite visualizar a sua estratégia, como grupos de pressão. O debate mais caloroso centrou-se na questão dos assimilados. Nos casos mais gravosos, em que a pena do desterro foi aplicada não deixaram de fazer ouvir a sua voz. À primeira leitura, pode parecer contraditório e forçado, que queiramos encontrar vestígios de nacionalismo num discurso jornalístico, onde o sujeito colectivo da acção se auto-define como “*negro, africano português*”, defensor da língua portuguesa, crítico dos “*dialectos cafres*”! Importa, contudo desmontar tal discurso, e procurar apercebermo-nos da subtilidade das afirmações, socorrendo-nos do estudo da mentalidade de quem as produziu. Estudámos a fundo, os seus mais ilustres criadores de opinião pública – João Albasini, representativo do Grémio Africano na década de 10-20, Rui de Noronha, na década seguinte, bem com os magníficos editoriais do jornal *O Brado Africano*, e José Craveirinha, ilustre poeta, um dos novos da geração de cinquenta.

A análise de texto, na fase do Grémio Africano constatou-se a permanência de dois elementos básicos do Proto-Nacionalismo – o negro, (a ele associada a imagem da raça, com toda a sua força, beleza e tradição) e o africano português, (associado à ideia de civilização e de cidadão, sob soberania portuguesa). A atomização destes dois elementos numa reacção ao regime, dará a categoria, conhecida na época, por Nativismo. Por detrás do discurso de um nativismo romântico, há indícios de uma revolta não despoletada, de uma oposição moderada, que pretende mais corrigir do que anular o regime colonial, mais preocupada em preservar as migalhas do poder, do que a destruí-lo. Compreendendo a natureza e a razão de ser das pressões exercidas, bem como os interesses dos seus agentes – “*os filhos da terra*”, que em assimilados se irão transformar, (mercê de uma acção lenta e subtil, de divisão e absorção, no tempo do Estado Novo), parece-nos que, fica assim desmistificada a tão propagada defesa da “*causa africana*”.

A quarta conclusão, prende-se com o facto de o movimento associativo africano da Colónia de Moçambique se inserir num qua-

dro mais global de defesa das populações africanas a nível do império português inicialmente lutando contra as leis de excepção, integrando-se nas iniciativas da Junta de Defesa dos Direitos d' África (1912), da Liga Africana (1919) e do Partido Nacional Africano (1921) em Lisboa, nas primeiras décadas do Século XX, a que não foi estranho o ambiente republicano e, evoluindo da causa africana para a causa nacional.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes Orais

Entrevistas informais e programadas com personalidades que participaram ou informaram sobre os participantes no movimento associativo, procurando o detalhe do quotidiano, que escapa ao discurso escrito. Foram:

Amélia Rua Malta de Matos Pacheco, aluna da Escola 1º. de Janeiro, filha de Manuel dos Santos Malta, amanuense da Emigração de Ressano Garcia, membro da Maçonaria, casada com o Doutor António Pacheco, médico inicialmente em Xinavane e, mais tarde em Lourenço Marques, membro da Sociedade de Estudos e do Núcleo de Arte.

Inês Albasini, enfermeira reformada, membro de comissões organizadoras de encontros culturais, no Grémio/Associação Africana, conhecidos por “tea-meetings” ou “timites”, privou com a juventude que deu vida ao Grémio.

Noémia de Sousa, poetisa moçambicana, de seu nome completo Carolina Noémia Abranches de Sousa, nasceu em Maputo/Lourenço Marques em 1926, sem livros publicados, a sua obra poética foi escrita entre 1948 e 1951, quando era uma jovem que convivia na Associação Africana. As suas poesias foram inseridas em jornais moçambicanos, nomeadamente *O Brado Africano*, *Itinerário* e *Notícias*. Todavia, tem uma colectânea intitulada: *Sangue Negro*, de 1951.

Elsa de Noronha, filha do poeta e activista social Rui de Noronha, membro da direcção do Grémio Africano. Depositária do seu es-

pólio literário prepara actualmente a organização de uma “Fundação Rui de Noronha”.

Marcelino dos Santos nasceu no Lumbo (Nampula) em 1929, filho de Firmino dos Santos, um ferroviário activista no Grémio/ Associação Africana, com responsabilidades na administração do jornal *O Brado Africano*. Activista político em Lisboa, onde chegou em 1947, membro da CEI e militante no MUD Juvenil. Refugiado em Paris na década de 50 e mais tarde na Bélgica. Em 1961 aderiu à UDENAMO. Eleito Secretário-Geral da CONCP, desenvolveu intenso trabalho na unificação dos três movimentos nacionalistas que deram origem à FRELIMO, em 1962. Na FRELIMO foi eleito Secretário para as Relações Externas. Conquistada a independência foi primeiro, Ministro do Plano, depois ministro residente na Beira, como governador da Província de Sofala e, mais tarde Presidente da Assembleia Nacional Popular.

Domingos Arouca, advogado, nasceu em Inhambane, em 1928. Foi primeiro enfermeiro e, mais tarde advogado, chegando a ser consultor jurídico do BNU. Activista social nas associações africanas, nomeadamente Presidente do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique e director do jornal *O Brado Africano*. Foi deputado à Assembleia Nacional. Esteve preso durante oito anos, nas cadeias da Machava, Peniche e Caxias (de 1965 a 1973). Não aceitou fazer parte do elenco governativo, no período de transição para a independência, tendo se exilado em Portugal. Voltou a Moçambique na década de 90 para liderar um partido de oposição, FU MO (Frente Unida de Moçambique) e, candidatar-se à presidência da República.

José João Craveirinha, poeta moçambicano, de profissão jornalista-repórter. Nasceu em 1922, em Lourenço Marques e faleceu na África do Sul em 2003. Dirigente da Associação Africana, onde actuou desde jovem. Autor de *Chigubo*, 1964; *Cântico a um rio de Catrame*, 1966; *Karingana ua Karingana*, 1974; *Cela 1*, 1981; *Maria*, 1988; *Contacto e Outras Crónicas*, 1999.

Cassiano Caldas, contabilista dos Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques, activista na década de 50, com outros elementos que dinamizaram a vida cultural da Associação Africana.

Rui Nogar, preso político, durante o fascismo, poeta e activista cultural da Associação Africana e do NESAM, no Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique.

Willy Waddington, jornalista, privou com mestres anarco-sindicalistas da classe dos gráficos e activistas do movimento sindical, do operariado branco, do Porto e dos Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques, elementos deportados após o golpe militar de 1926.

### **Fontes Arquivísticas**

#### **Arquivo Histórico de Moçambique – Maputo**

##### **Documentação do Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil:**

Agremiações regionais de recreio, defesa, desporto e estudo.

##### **Documentação do Fundo da Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas:**

Proc. do Grémio Africano de Lourenço Marques, 1936.

Proc. do Grupo Desportivo João Albasini, 1941; *Estatutos do Clube Desportivo João Albasini de Lourenço Marques*, Imprensa Nacional, 1937.

Proc. da Associação Africana da Colónia de Moçambique, 1941-1960; *Estatutos da Associação Africana da Colónia de Moçambique*, Lourenço Marques, Tip. da Minerva Central, 1940; *Exortação aos Africanos*, Lourenço Marques, Tip. Notícias, 1940.

Proc. do Instituto Negrófilo; Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, 1940-1960; Escola do Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique, 1960-1962.

Actas do Instituto Negrófilo/Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique e do NESAM; relação dos livros da biblioteca do Centro, 1944.

Relação das associações de classe existentes na Província constituídas só por indígenas, 1955-1957.

### **Arquivos Nacionais da Torre do Tombo**

#### **Documentação do Arquivo de Oliveira Salazar:**

Informação n.º 684/60-GU, PIDE, 24.11.1960, com uma carta da F. L. M. ao Presidente do Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique. In AOS/CO/UL-32C, Pt7.

Actividade dos Naturais de Moçambique, 1960-1965. In AOS/CO/UL-38, PT4.

#### **Documentação do Arquivo dos SCCIM:**

Caixa n.º 14 - Documentos sobre associações.

Caixa n.º 373 - Associações.

### **Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros**

#### **Documentação da Direcção-Geral dos Negócios Políticos:**

Actividades de indivíduos relacionados com os movimentos nacionalistas:

Eduardo Mondlane, 1962-1963.

Marcelino dos Santos, 1961-1962.

### **Legislação**

#### **Indígenas:**

*Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique:*  
Decreto n.º 12 533, de 23.10.1926, *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, n.º 48, 1ª. série, 27.11.1926, pp. 351-353.



*Código do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África* (Decreto nº. 16 199, de 06.12. 1928), Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.

*Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas* (Decreto nº.16 473, de 06.02.1929, *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, nº. 11, 1ª. série, pp. 141-145), Lisboa, Imprensa Nacional, 1929.

*Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1929.

*Regulamento do Trabalho dos Indígenas de Moçambique* (Portaria de 04.09.1930), Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1930.

*Regulamento de Trabalho de Serviçais Indígenas*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1944.

*Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias Ultramarinas*, Decreto-Lei nº. 43 893, de 06.09.1961.

*Regulamento de Trabalho dos Presos fora dos Estabelecimentos Prisionais* (Decreto nº. 34 674, de 18.06.1945), Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1962.

## **Bibliografia**

ALBERTO, M. Simões, e TOSCANO, Francisco, *O Oriente Africano Português. Síntese Cronológica da História de Moçambique*, Lourenço Marques, Minerva Central, 1942.

ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de, *Moçambique, 1896-1898*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1934.

ALEXANDRE, Valentim, *Origens do Colonialismo Português Moderno*, Lisboa, Sá da Costa, 1979.

ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da*

*Luta Contra a Dominação Colonial Portuguesa: 1911-1961*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1997.

*Anuário Estatístico*, 1945-1961.

*Anuário de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Tipografia A. W. Bayly & C<sup>a</sup>., 1908-1947.

BOLÉO, Oliveira, *Moçambique*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1951.

*Boletim Económico e Estatístico*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1932.

*Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, Lourenço Marques, 1854-.

CAETANO, Marcello, *Alguns Discursos e Relatórios. Viagem Ministerial à África em 1945*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1946.

CAHEN, Michel, “Mozambique, histoire géopolitique d'un pays sans nation”, in *Lusotopie*, n<sup>o</sup>. 1-2, Paris, 1994, pp. 213-266.

CAPELA, José, *O Movimento Operário em Lourenço Marques 1898-1927*, Porto, Afrontamento, 1983.

CASTELO, Cláudia, *Passagem para África – O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Afrontamento, 2007.

CHABAL, Patrick, *Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade*, Lisboa, Vega, 1994.

CHABAL, Patrick, (coord.), *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, London, Hurst & Company, 2002.

CRAVEIRINHA, José, *Contacto e Outras Crónicas*, Maputo, Centro Cultural Português, 1999.

- DAVIDSON, Basil, *O Fardo do Homem Negro. Os Efeitos do Estado-Nação em África*, Lisboa, Campo das Letras, 2000.
- DIAS, Jill R., "Photographic Sources for the History of Portuguese – Speaking Africa, 1870-1914", in ROBERTS, Andrew (ed.), *Photographs as Source for African History*, London, SOAS, 1988, pp. 45-65.
- FIGUEIREDO, A. dos Santos, "La vie sociale", in *Moçambique, Exposition Coloniale Internationale*, Paris, 1931.
- FIRST, Ruth (direc.), *O Mineiro Moçambicano: Um Estudo sobre a Exportação da Mão-de-Obra*, Maputo, Centro de Estudos Moçambicanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1977.
- HEDGES, David, "O movimento associativo e político", Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1986. (Texto dactilografado.)
- HENRIQUES, Isabel Castro, "A sociedade colonial em África. Ideologias, hierarquias, quotidianos", in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (direc.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 5, Navarra, Círculo de Leitores, 1999, pp. 216-274.
- HONWANA, Raul Bernardo Manuel, *Memórias*, Porto, Ed. Asa, 1989.
- ISAACMAN, Allen, *Cotton is the mother of poverty. Peasants, work and rural struggle in colonial Mozambique, 1938-1961*, London, James Currey, 1996.
- ISAACMAN, Allen, e ISAACMAN, Barbara, *Mozambique. From colonialism to revolution, 1900-1982*, Boulder, Colorado, Westview, 1984.
- LOBATO, Alexandre, *Lourenço Marques, Xilunguine. Biografia da Cidade*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.
- MANGHEZI, Nadja, *O Meu Coração Está nas Mãos de um Negro. Uma História da Vida de Janet Mondlane*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 1999.

- MARGARIDO, Alfredo, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- MARGARIDO, Alfredo, “A literatura e a consciência nacional”, in *Antologias de Poesia da C.E.I.*, vol. I, Lisboa, Associação C.E.I., 1994.
- MARGARIDO, Alfredo, *Negritude e Humanismo*, Lisboa, C.E.I., 1964.
- MONDLANE, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Maputo, Centro de Estudos Africanos, 1995. (1ª. edição moçambicana.)
- MOREIRA, Adriano, “Les élites dans les territoires portugais sous le régime d'indigenat (Guinée, Angola, Moçambique)”, in *Bulletin International des Sciences Sociales*, Lisboa, 1956.
- MOREIRA, José, *Os Assimilados, João Albasini e as Eleições, 1900-1922*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.
- NEVES, Olga Iglésias, “A Colónia de Moçambique nos séculos XIX e XX. Aspectos políticos, económicos e sociais”, in FERNANDES, José Manuel *et al.*, *Moçambique. Cidades, Território e Arquitecturas: 1875-1975*, Lisboa, ed. Autor, 2008.
- NEWITT, Malyn, *Portugal in Africa: The last hundred years*, London, C. Hurst & Co., 1981.
- OLIVEIRA, Teresa dos Santos, “Recordações sobre Lourenço Marques, 1930-1950”, in *Arquivo*, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº. 2 (especial), Maputo, 1987, pp. 85-108.
- PAUL, John, *Moçambique – Memórias de Uma Revolução*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975.
- PÉLISSIER, René, *História de Moçambique. Formação e Oposição. 1854-1918*, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1987.
- PÉLISSIER, René, “Exploitation du facteur ethnique au Mozambique pendant la conquête coloniale (XIX – XX siècle)”, in CHÉTIEN,

J.P. et PRUNIER, G. (direc.), *Les ethnies ont une histoire*, Paris Karthala, 1989, pp. 247-257.

PENVENNE, Jeanne Marie, *The unmaking of an African petite bourgeoisie: Lourenço Marques, Mozambique*, Working Papers, 57, African Studies Center, Boston, Boston University, 1982.

PENVENNE, Jeanne Marie, *A history of african labour in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950*, Boston, Boston University Graduate School, 1982.

RIBEIRO, Gabriel Sérgio Mithá, *As Representações Sociais dos Moçambicanos: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política*, Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa, 2000.

RIBEIRO, Fátima, e SOPA, António, (coord.), *140 Anos de Imprensa em Moçambique*, Maputo, Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, 1996.

SOPA, António, SILVA, Calane da, NEVES, Olga Iglésias, *Rui de Noronha. Ao Mata-Bicho*, Maputo, Texto Editores, 2006.

RIBEIRO, Sousa, *Anuário da Província de Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1940.

*Ricardo Rangel. Photographe du Mozambique*, Paris, Centre Culturel Franco-Mozambicain, 1994.

RITA-FERREIRA, A., *Agrupamentos e Caracterização Étnica dos Indígenas de Moçambique*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

RITA-FERREIRA, A., *Os Africanos de Lourenço Marques*, Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, série C, vol. 9, 1967-1968.

ROCHA, Aurélio, *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo Moçambicano (1900-1940)*, Maputo, Promédia, 2002.

ROCHA, Ilídio, *Catálogo dos Periódicos e Principais Seriadados de Moçambique*, Lisboa, Edições 70, 1985.

ROCHA, Ilídio, *A Maçonaria em Moçambique*, Maputo, CEDIMO, 1985.

ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992.

RUFINO, José dos Santos, *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique*, 10 vols., Hamburgo, Broschek & Co., 1929.

SOUTO, Amélia Neves de, *Caetano e o ocaso do «Império». Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcellismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, 2007.

ZAMPARONI, Vlademir D., “Lourenço Marques: Espaço urbano, espaço branco?”, in *Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História de África”*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério de Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 389-409.

#### **Jornais Publicados em Lisboa:**

*África*, 1931.

*Correio d' África*, 1921-1923.

*Mocidade Africana (A)*, 1930-1932.

*Tribuna d' África*, 1931-1932.

*Voz de África (A)*, 1912-1930.

#### **Publicados em Lourenço Marques:**

*África*, 1936.

*Africana*, 1933.

*Africano (O)*, 1908, 1909-1918.

*Anseio (O)*, 1936-1937.

*Brado Africano (O)*, 1919-1974.  
*Correio (O)*, 1925-1926.  
*Democracia*, 1933-1935.  
*Direito (O)*, 1931-1933.  
*Emancipador (O)*, 1919-1937.  
*Evangelho (O)*, 1932-1934.  
*Gazeta da Relação de Lourenço Marques*, 1930-1931.  
*Ilustrado (O)*, 1933-1934.  
*Imparcial*, 1922-1924-1929.  
*Imprensa de Lourenço Marques*, 1926.  
*Jornal (O)*, 1926, 1936-1937.  
*Jornal (O) / Da Liberdade*, 1926.  
*Jornal do Comércio*, 1904-1905, 1922-1930.  
*Lourenço Marques Guardian*, 1905-1952.  
*Lusitânia*, 1932-1938.  
*Luso-Africano (O)*, 1916.  
*Manifesto*, 1948.  
*Moçambique*, 1931-1946.  
*Notícias*, 1926-1975.  
*Oriente*, 1919-1927.  
*Piri-Piri*, 1935.  
*Portugal*, 1925-1926.  
*República*, 1931.  
*Sol (O)*, 1925-1926.  
*União*, 1933-1958.